

Edição v. 42  
número 1 / 2023

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 42 (1)  
jan/2023-abr/2023

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## DOSSIÊ

Quando a inexperiência é um trunfo: o fenômeno da ascensão de outsiders na política

When inexperience is an asset: the phenomenon of the rise of outsiders in politics

MATEUS DA CUNHA SANTOS

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
E-mail: mateuscunha90@gmail.com.  
ORCID: 0000-0002-6785-4524.

MARIA IVETE TREVISAN FOSSÁ

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
E-mail: fossa@terra.com.br.  
ORCID: 0000-0001-6536-6714.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SANTOS, Mateus da Cunha; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Quando a inexperiência é um trunfo: o fenômeno da ascensão de outsiders na política. Contracampo, Niterói, v. 42 n. 1, p. 01-15, jan./abr. 2023.

**Submissão em: 27/01/2023. Revisor A: 30/01/2023; Revisor B: 18/03/2023. Aceite em: 28/03/2023.**

**DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v42i1.56899>**

## Resumo

Com o descrédito enfrentado pelos políticos, nos últimos anos, pessoas com carreiras consolidadas em áreas como entretenimento, educação e empreendedorismo têm ingressado na política e assumido cargos políticos significativos em diversos países. Diante desse cenário, o artigo tem como objetivo investigar o fenômeno da ascensão de outsiders na política. A investigação parte de uma análise de causas que propiciaram o fenômeno, passa a uma articulação teórica acerca do conceito de outsider e apresenta um mapeamento de pessoas que se afastaram de suas carreiras para se tornarem chefes de governo, nas últimas duas décadas. Entre as descobertas evidenciadas pela pesquisa, foram identificados 38 presidentes e 10 primeiros-ministros, sendo que o número de outsiders que assumiram esses cargos entre 2011 e 2019 quase dobrou em comparação com o período de 2001 a 2010.

### Palavras-chaves

Outsiders; Política; Comunicação; Presidentes; Primeiros-ministros.

## Abstract

Given the distrust faced by politicians, in recent years, individuals with consolidated careers in areas such as entertainment, education and entrepreneurship have entered politics and assumed office in key positions around the world. In this scenario, the article aims to investigate the phenomenon of the rise of outsiders in politics. The investigation starts from an analysis of the causes that propitiated the phenomenon, moves on to a theoretical articulation about the concept of outsider and presents a mapping of individuals who stepped outside of their original professions to become heads of government in the last two decades. Among the findings discovered by the research, 38 Presidents and 10 Prime Ministers were identified, and the number of outsiders who took office in these positions between 2011 and 2019 almost doubled compared to the period from 2001 to 2010.

### Keywords

Outsiders; Politics; Communication; Presidents; Prime ministers.

## Introdução

Ao redor do mundo, pesquisas e estudos têm revelado dados alarmantes em relação à crise que Castells (2018, p. 7) chama de “ruptura da relação entre governantes e governados”, caracterizada pela desconfiança nas instituições e na democracia liberal, enquanto modelo político de governo. No ano de 2020, em sua 20ª edição, o índice global Edelman Trust Barometer revelou que, assim como nas últimas edições, o governo e a mídia foram considerados pelos cidadãos como as instituições menos confiáveis no mundo, e que os governantes contam com um índice de confiança de 42% (EDELMAN, 2020).

Nesse contexto, temos presenciado um movimento de pessoas se afastando de carreiras consolidadas em outras áreas para ocuparem cargos políticos significativos em diversos países. No cenário internacional, desponta o caso do empresário e apresentador de televisão Donald Trump, que, em 2017, tornou-se o primeiro presidente dos EUA sem experiência prévia na política ou no setor militar. No Brasil, alguns expoentes do movimento são o empresário e apresentador de televisão João Doria, que, em 2017, assumiu a prefeitura de São Paulo, o empresário Romeu Zema, eleito governador de Minas Gerais, em 2018.

Apesar da ascensão de outsiders na política ser um fenômeno emergente, há ainda pouco conhecimento científico acerca do tema. Diante dessa problemática, este artigo tem como objetivo investigar o fenômeno da ascensão dos outsiders na política. Para isso, a investigação foi desmembrada em três partes. Em um primeiro momento, em diálogo com teorias da política, da sociologia e da comunicação, examinamos as condições históricas que viabilizaram o seu ingresso na política. Na sequência, tratamos do conceito de *outsider* e apresentamos descobertas evidenciadas por um mapeamento de *outsiders* que assumiram cargos de Presidente ou Primeiro-ministro no mundo, entre 2001 e 2019. Por fim, encerramos com uma discussão acerca de consequências relacionadas à ascensão de *outsiders* na política.

## No palco midiático, a personalização da política

Uma das transformações mais importantes do campo político nos últimos tempos consistiu na interferência dos meios de comunicação na sua lógica de funcionamento. De um lado, o surgimento de novos agentes como influenciadores passou a gerar efeitos importantes sobre o campo, no sentido de atuarem na formação da opinião pública. De outro, como observa Castells (2018, p. 26), “a luta pelo poder nas sociedades democráticas atuais passa pela política midiática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos”. A política se profissionalizou de tal forma que, assessorados por equipes de especialistas, os políticos atuam como se estivessem o tempo todo em cena, sob os olhares de um público que, muitas vezes, não pode ver. Nesse quadro, Gomes (2004, posição 1911) ressalta que, na atualidade, “os mandatários não apenas governam ou legislam, mas o fazem como se estivessem o tempo todo em campanha. A campanha agora é permanente, a eleição é interminável”. Na realidade, os políticos compreenderam que

(...) as mensagens midiáticas que formam opinião devem ser extremamente simples. Sua elaboração é posterior ao seu impacto. A mensagem mais impactante é uma imagem. E a imagem mais sintética é um rosto humano, no qual nos projetamos a partir de uma relação de identificação que gera confiança. (CASTELLS, 2018, p. 26).

Por esse motivo, cada palavra e gesto deve ser estrategicamente planejado para construir uma imagem pública favorável de si mesmo. Se por um lado isso se justifica por até mesmo frases ou palavras equivocadas ditas em público poderem acabar com as chances de vitória de um político em uma eleição — ou mesmo com sua carreira, por outro, reduzida a imagens e sensações, a política parece ter se convertido em um legítimo *espetáculo*.

O conceito moderno de espetáculo está associado à obra “A sociedade do espetáculo”, de Guy Debord, na qual, em 1967, o intelectual francês teceu uma crítica a um momento histórico em que as aparências dos indivíduos e das coisas teriam passado a ser mais importantes do que as suas essências. Na visão do autor, o capitalismo teria chegado ao seu estágio final através de uma exploração psicológica, transformando as pessoas em seres alienados que vivem uma vida falsa e sem sentido. Nessa sociedade de aparências, os meios de comunicação teriam um papel privilegiado de difundir essa cultura, moldando hábitos, percepções e sensações. Escreve Debord (1997, p. 23): “sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante”.

Sob a lógica do espetáculo, o debate político sério e razoável é sobrepujado por um conflito dramatizado entre adversários, no qual o cidadão é incitado a aderir a imagens, e não a ideologias fundamentadas e propostas concretas. Schwartzberg (1978) argumenta que se no passado a política era ideias, “hoje” é pessoas, ou melhor, personagens. Assim como em uma peça de teatro, cada político parece desempenhar um papel previamente definido, construindo uma imagem mais ou menos fiel de si mesmo que seja aceita pelo público. Como aconselhou Maquiavel (2011) ao príncipe Lourenço II de Médici, pouco importa a realidade em si mesma, o importante é que as pessoas acreditem. Em uma ruptura com a filosofia grega e a tradição cristã, a virtude ficou em segundo plano, e o objetivo passou a *ser visto* como virtuoso. Nesse jogo entre o ser e o parecer, constituiu-se o *habitus* do político moderno.

Com a cultura do espetáculo fomentada pelos meios de comunicação, chegamos à noção de *personalização* da política, que consiste na constatação de que as personalidades dos políticos e questões íntimas de suas vidas particulares passaram a receber maior importância do que os seus partidos ou ideologias. A mídia não criou essa personalização, mas a potencializou e a deslocou de um plano local restrito para uma escala global sem fronteiras. No passado, os cidadãos eram governados por pessoas que, muitas vezes, nunca viram ou ouviram a sua voz. Com a ruptura das barreiras do espaço-tempo através de sons e imagens, os meios de comunicação eletrônicos constroem uma realidade na qual passa uma sensação de proximidade entre pessoas que nunca vimos pessoalmente, mas que, ainda assim, não só acreditamos na sua existência, como desenvolvemos afetos e opiniões acerca.

Evidentemente, tratando-se de política, como reconhece Charaudeau (2015), não se pode separar as ideias do sujeito que as exprime, pois, na condição de representante do cidadão, o político precisa de empatia para conquistar o seu voto e adesão para suas propostas, mas uma política altamente centrada na imagem dos líderes políticos pode fazer com que os indivíduos aceitem por fascinação — e de maneira quase cega — a pessoas e não a ideias. Com isso, o voto passa a representar não mais do que um ato de fé em um personagem artificialmente criado com o propósito de seduzir, fascinar o eleitor, e “o debate público, lugar de troca e de oposição entre valores racionais, dá lugar a uma confrontação entre imagens de personagens políticos (Ibid, p. 181).

Nessa situação, não são tanto as ideias em si que importam, mas a *performance*, através do que Sodré (2006) denomina *estratégias sensíveis*, em que mais importante do que fazer *pensar*   fazer *sentir*. De acordo com o autor, a maior parte do pensamento hodierno gira em torno da est tica e, se a política, entendida como lugar da razão e do debate de ideias, foi a marca da modernidade, a est tica, com suas imagens e sensa es, é a marca da pós-modernidade. De forma análoga, Charaudeau (2015) acredita que o processo de convencimento do cidadão pelo discurso político tem passado mais pelo afeto do que pela razão, mais pelos sentimentos do que pela reflexão, mais pela oferta de imagens pessoais impactantes do que por argumentos lógicos e coerentes.

Com a transi o de uma política de ideias para uma política de imagens, enquanto os representantes políticos e candidatos a cargos eletivos foram beneficiados, os partidos políticos perderam parte de sua força consolidada há séculos. Desde a g nese do Estado-Na o, no século XVIII, o poder político passou a ser deslocado gradualmente dos monarcas, nobreza e clero para os partidos políticos. Por muito tempo,

esses tiveram o monopólio do capital político, funcionando como uma espécie de banco de capital, em que o seu presidente era como se fosse um banqueiro, que controla e distribui o acesso ao capital político aos membros do partido (BOURDIEU, 2012).

Como agravante, a atenuação das divisões doutrinárias tradicionais resultou na passagem de uma política ideológica para o que Thompson (2008, p. 34) denomina *política da confiança*, na qual “as pessoas estão mais preocupadas com o caráter dos indivíduos que são (ou que podem vir a ser) seus líderes e estão ainda mais preocupadas com a confiabilidade deles”. Para o sociólogo britânico, a política da confiança se tornou tão importante não porque os políticos se tornaram menos confiáveis, mas porque as *condições sociais* que no passado sustentavam a sua credibilidade foram desgastadas. Na atualidade, a confiabilidade do político parece depender mais da *visibilidade* proporcionada pelos meios de comunicação, especialmente com a emergência das redes sociais.

O problema é que essa política tem se mostrado extremamente volátil, acarretando uma crise sem precedentes, “que tem como consequência a incapacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas” (CASTELLS, 2018). Para o autor citado (2019), essa crise se resume a um fato: “as pessoas não acreditam naqueles que governam, naqueles que os representam, em partidos políticos, na mídia, em qualquer coisa. É nisso que a maioria dos cidadãos de muitos países está pensando. É um fenômeno global”. Ironicamente, esse quadro de desconfiança generalizada é fomentado pelos seus maiores prejudicados. Instituições democráticas, atores políticos, organizações midiáticas, todos disputam o “monopólio da verdade”, atacam e destroem a credibilidade uns dos outros, enquanto o cidadão se pergunta: “em quem posso depositar minha confiança?”.

Além disso, o fenômeno da globalização acabou enfraquecendo as instituições que garantiam a estabilidade da vida social, acarretando uma desorientação identitária marcada pelo “(...) sentimento de não haver mais um modelo de conduta, de não haver mais referências as quais se ligar”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 169). Com isso, muitos cidadãos se sentem não apenas impotentes diante da política, mas também com a sensação de não terem controle sobre suas próprias vidas. Em razão disso, Bauman (2000, p. 32) afirma que “as duas coisas de que mais temos certeza hoje em dia é que há pouca esperança de serem mitigadas as dores de nossas atuais incertezas e que mais incerteza ainda está por vir”.

Em um mundo cheio de incertezas, tensões e insegurança, as autoridades políticas são comumente responsabilizadas por grande parte dos problemas da sociedade. Nesse quadro, uma cultura de desconfiança enraizada em relação aos políticos é um estímulo para que os eleitores depositem a sua esperança em pessoas que estão fora do circuito político e prometem mudanças radicais.

## Novos atores em cena: a ascensão de outsiders na política

Em sua obra, Bourdieu (2012) aplicou o termo “irresponsáveis” para descrever as pessoas que tentam entrar na política sem seguir o “caminho das pedras”. Apesar da ironia, esses intrusos são conhecidos por se atreverem a desafiar o *status quo* do campo político e disputar as eleições com os políticos profissionais. Para ilustrar a ideia, o autor cita o exemplo do comediante francês Coluche, que, em 1980, anunciou a sua candidatura para a presidência da França. Na ocasião, políticos e jornalistas se mobilizaram para condenar a sua candidatura, alegando que ele não tinha a competência necessária para ser um presidente. A pressão foi tão grande que o comediante se viu obrigado a abandonar a corrida. Para aquela época, a sua candidatura era concebida como um total absurdo, mas, em qualquer campo, pode acontecer uma revolução cultural na qual “novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele agora já não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte agora fazem” (BOURDIEU, 2012, p. 202). Nesse contexto, nos últimos anos, temos presenciado a ascensão de *outsiders* na política.

Por definição, *outsider* é um vocábulo inglês que prolonga a palavra “*outside*”, que significa

“fora”, para designar alguém que não pertence a um determinado grupo. Em português, a palavra mais adequada como tradução seria “forasteiro”. Nas ciências sociais, um significado adicional foi alçado pelo sociólogo Howard Becker (2008), para descrever pessoas com *comportamentos desviantes*. Na visão do autor, um indivíduo que não age de acordo com as normas, regras e convenções estabelecidas por um grupo é encarado como alguém que não pertence a ele — um *outsider*.

No âmbito da ciência política, existe uma pluralidade conceitual na literatura existente, de modo que um mesmo candidato pode ser considerado como *outsider* por um autor, enquanto outro procede de maneira contrária. Para complicar a situação, após a realização de extensa revisão de escopo sobre o tema *outsiders* na política, Picussa (2021) verificou que a maior parte dos estudos encontrados (68%) sequer apresenta uma definição do termo “*outsider*”, utilizando-o como se seu significado fosse dado, explícito ou amplamente conhecido. Os resultados obtidos levaram a autora a concluir, ainda, que existe uma subvalorização do conceito na ciência política.

A despeito da realidade exposta, alguns autores já se dedicaram a tarefa de delinear o conceito. Nesse sentido, uma das tentativas precursoras é a de Linz (1994, p. 26, tradução nossa), que postulou que *outsiders* são “(...) candidatos não identificados ou apoiados por qualquer partido político, por vezes sem qualquer experiência governamental ou mesmo política, com base num apelo populista muitas vezes baseado na hostilidade a partidos e ‘políticos’”.<sup>1</sup> Com essa definição, o autor limita a aplicação do termo “*outsider*” para candidatos independentes que concorrem com um apelo populista marcado por uma postura antipolítica. No entanto, cabe uma ressalva necessária para o prosseguimento salutar da tese em construção, que é a compreensão de que por mais que alguns estudiosos tenham associado *outsiders* a fenômenos como o populismo, se *outsiders* são populistas ou não é uma questão empírica, e não uma posição que deve ser tomada a priori, sem embasamento científico.

No contexto de eleições presidenciais, Corrales (2008, p. 4, tradução nossa) toma *outsiders* (*newcomers*, em sua nomenclatura) como “aqueles que concorrem à presidência sem experiência eleitoral anterior (candidatura a cargo político) e sem grande experiência em administração pública”.<sup>2</sup> Aqui, a inexperiência é disposta como fator distintivo de um *outsider*, mas não é necessário que o candidato seja um completo estranho, podendo ter se envolvido na política nacional por meio de atividade partidária, militar, ou mesmo por ser uma celebridade. Por outro lado, o autor descarta candidatos que já tenham concorrido anteriormente a cargos políticos. Contudo, conforme reconhece Andrade (2019), a mera participação em um processo eleitoral não torna um candidato um veterano político, tampouco um agente efetivo do circuito político tradicional.

Para além da questão da experiência, certos autores privilegiam o envolvimento partidário na formulação de seus conceitos. Nessa perspectiva, Barr (2009, p. 33, tradução nossa) sugere que *outsider* político se refere a “alguém que ganha proeminência política não por meio ou em associação com um partido competitivo estabelecido, mas como político independente ou em associação com partidos novos ou recentemente competitivos”.<sup>3</sup> Apesar de ser uma das definições mais reproduzidas na literatura acerca do tema, a rigor, a sua restrição deixaria de fora candidatos com pouca ou nenhuma experiência, como Donald Trump, pelo fato de ter concorrido por um partido político tradicional, ao passo que, em determinadas circunstâncias, abriria espaço para que políticos de carreira como Jair Bolsonaro fossem considerados como *outsiders*, por terem alcançado a “proeminência política” enquanto membros de partidos “recém-competitivos”.

---

1 No original: “*candidates not identified with or supported by any political party, sometimes without any governmental or even political experience, on the basis of a populist appeal often on hostility to parties and ‘politicians’*”.

2 No original: “*those who run for president with no prior electoral experience (running for political office) and no major public administration experience*”.

3 No original: “*someone who gains political prominence not through or in association with an established, competitive party, but as a political independent or in association with new or newly competitive parties*”.



Com uma abordagem alternativa, Carreras (2012, p. 1456, tradução nossa) integra ambas as dimensões abordadas em seu conceito (experiência política e envolvimento partidário), inferindo que, em termos de eleições presidenciais, *outsiders* são “candidatos que (a) não tenham tido carreira anterior na política ou na administração pública no início da campanha e/ou (b) participem das eleições como políticos independentes ou associados a novos partidos”. Por essa linha de raciocínio, o autor propõe a ideia de que existem diferentes graus de *outsiders*, a saber, “*full outsiders*”, que seriam candidatos sem carreira política prévia e que concorrem por um novo partido, “amadores”, que corresponderiam a sujeitos que são novos na política, mas que concorrem em partidos tradicionais, e “*mavericks*”, grau atribuído a políticos tradicionais que competem com partidos recém-criados. Apesar de claro e facilmente operacionalizável, o seu conceito é tão abrangente que torna quase impossível candidatos em países com fracos sistemas partidários não serem *outsiders*, sem falar que a distinção entre partidos tradicionais e partidos novos depende do sistema partidário e do contexto específico de cada país. Com efeito, o ponto passível de crítica no conceito de Carreras (2012) parece residir na prerrogativa concedida aos chamados “*mavericks*”, a tal ponto que os únicos “*insiders*” seriam políticos de carreira que concorrem dentro dos quadros de partidos tradicionais. É claro que, tratando-se de eleições, esses candidatos concorrem *de fora* (*outside*) do circuito político tradicional, mas não estão de fora da política *per se*, sendo que, na terminologia de Bourdieu (1989), são candidatos acostumados com o *habitus* do campo e dotados de *capital político* que os colocam em uma posição privilegiada em comparação com sujeitos que vêm, de fato, de fora da política.

Pelas dificuldades encontradas nas concepções apresentadas, faz-se necessário chegar a um conceito que retrate com maior precisão o que seriam *outsiders* na política. Nessa direção, Donatello e Levitta (2017, p. 46, tradução nossa) sustentam que *outsiders* são “aqueles que exerciam sua atividade profissional principal antes de ocupar cargos políticos em empregos fora da política e que não iniciaram a carreira em um partido, diferenciando-se dos homens tradicionais da burocracia partidária”.<sup>4</sup> Essa definição expõe aquele que parece ser o divisor de águas entre um *outsider* e um *insider*, a saber, o *background* profissional. Dessarte, *outsider* poderia ser considerado simplesmente como a figura oposta do “político profissional” ou “político de carreira”.

A proposta de Donatello e Levitta (2017) abre espaço para a adição de marcos conceituais que precisam ser enfatizados. Em primeiro lugar, nem todos *outsiders* na política são *eleitos* para cargos políticos, pois muitos são *nomeados* para cargos não eletivos, como os de secretário e ministro. Em segundo lugar, nem todo indivíduo que assume pela primeira vez um cargo político é um *outsider*, assim como nem todo o que já exerceu um cargo político pontual no passado deve ser considerado eternamente como um *insider*, pois a condição fundamental para ser tratado como um *outsider* na política é ter uma carreira consolidada em outra área profissional. Por isso, não seria proveitoso considerar jovens políticos como *outsiders*, já que não há um *background* profissional consolidado anterior à carreira política.

Feitas essas ressalvas, julgamos pertinente retomar uma definição proposta em trabalho anterior, que sintetiza o conceito de *outsider*: “uma pessoa que tem uma carreira consolidada em certa atividade profissional e se afasta de seu ofício para assumir um cargo político (eletivo ou não)” (SANTOS, 2020).

Com base nessa definição, partindo da hipótese de um aumento expressivo do número de *outsiders* que assumiram cargos políticos no mundo nos últimos anos, realizamos um mapeamento dos Presidentes e Primeiros-Ministros de 114 países considerados como democráticos pelo relatório internacional *Democracy Index 2018* (THE ECONOMIST, 2019). Iniciamos o levantamento pelo ano de 2001, por representar o início do século XXI, estendendo o recorte temporal até 2019. Após um extenso processo de pesquisa nos sites oficiais de governos e enciclopédias virtuais, identificamos 548 indivíduos

---

4 No original: “*aquellos que desempeñaron como principal actividad profesional antes de ocupar su banca labores por fuera de la política y que no comenzaron sus carreras en un partido, diferenciándolos de los tradicionales hombres de la burocracia partidaria*”.

que atendiam aos critérios estabelecidos.

A partir da análise da biografia de cada governante, verificamos que, entre os 264 Presidentes encontrados, 38 podem ser considerados como *outsiders*, o que corresponde a um percentual de 14,3%. Já entre os 285 Primeiros-Ministros, o número foi de 10 (3,5%). A discrepância entre o número pode ter relação com as formas de governo adotadas nos países. Sistemas presidencialistas facilitam o ingresso de *outsiders* através de eleições que exigem apenas que o candidato seja filiado a um partido — ou mesmo, em alguns casos, aceitam candidaturas independentes, enquanto sistemas parlamentaristas normalmente requerem uma certa experiência prévia do candidato como parlamentar.

No total de governantes (548), o percentual de *outsiders* corresponde a 8,7%. Não obstante, cabe destacar que outros presidentes e primeiros-ministros poderiam ter sido incluídos, mas, a rigor, logo antes de assumirem seus mandatos, estavam exercendo cargos políticos *eletivos*, como o empresário Mauricio Macri, presidente da Argentina entre 2015 e 2019, que foi prefeito de Buenos Aires entre 2007 e 2015, e o ex-jogador de futebol George Weah, presidente da Libéria desde 2018, que foi senador entre 2015 e 2018; ou *não eletivos*, como o professor universitário e economista Rafael Correa, presidente do Equador entre 2007 e 2017, que, em 2005, exerceu o cargo de Ministro da Economia, o empresário Petro Poroshenko, que antes de assumir a presidência da Ucrânia, em 2014, exerceu os cargos de Ministro das Relações Exteriores (2009-2010) e Ministro do Comércio e Desenvolvimento Econômico (2012), o banqueiro Emmanuel Macron, que antes de ser eleito presidente da França, em 2017, foi Ministro da Economia entre 2014 e 2016, e o empresário Andrej Babiš, que antes de assumir o cargo de Primeiro-ministro da República Tcheca, em 2017, serviu como Ministro da Economia a partir de 2014. Por isso, embora já tenham sido *outsiders* no passado, os governantes que compõem esse grupo seletivo foram tratados como *insiders*.



Imagem 1 – Lista de países e respectivos *outsiders*

 <b>ÁUSTRIA - PM Brigitte Bierlein (2019)</b>	 <b>ÍNDIA - PR A. P. J. Abdul Kalam (2002)</b>
 <b>ÁUSTRIA - PM Christian Kern (2016)</b>	 <b>ITÁLIA - PM Giuseppe Conte (2018)</b>
 <b>BANGLADESH - PR Iajuddin Ahmed (2002)</b>	 <b>ITÁLIA - PM Mario Monti (2011)</b>
 <b>BENIN - PR Patrice Talon (2016)</b>	 <b>LETÔNIA - PR Valdis Zatlers (2007)</b>
 <b>BENIN - PR Thomas Boni Yayi (2006)</b>	 <b>LÍBANO - PR Michel Suleiman (2008)</b>
 <b>BÓSNIA - PM Fadil Novalić (2015)</b>	 <b>LITUÂNIA - PR Gitanas Nausėda (2019)</b>
 <b>BULGÁRIA - PR Rumen Radev (2017)</b>	 <b>MACEDÔNIA - PR Gjorge Ivanov (2009)</b>
 <b>BUTÃO - PM Lotay Tshering (2019)</b>	 <b>IMALI - PR Amadou Toumani Touré (2002)</b>
 <b>CORÉIA DO SUL - PM Chung Hong-won (2013)</b>	 <b>MOLDÁVIA - PM Vasile Tarlev (2001)</b>
 <b>EL SALVADOR - PR Elías Antonio Saca (2004)</b>	 <b>MOLDÁVIA - PR Nicolae Timofti (2012)</b>
 <b>EL SALVADOR - PR Mauricio Funes (2009)</b>	 <b>MAURICIO - PPR Ameenah Gurib (2015)</b>
 <b>EQUADOR - PR Lucio Gutiérrez (2003)</b>	 <b>PALESTINA - PM Rami Hamdallah (2013)</b>
 <b>ESLOVÁQUIA - PR Andrej Kiska (2014)</b>	 <b>PARAGUAI - PR Fernando Lugo (2008)</b>
 <b>ESLOVÁQUIA - PR Zuzana Čaputová (2019)</b>	 <b>PARAGUAI - PR Horacio Cartes (2013)</b>
 <b>ESLOVÊNIA - PM Miro Cerar (2014)</b>	 <b>PERU - PR Alejandro Toledo (2001)</b>
 <b>ESLOVÊNIA - PR Danilo Türk (2007)</b>	 <b>PERU - PR Ollanta Humala (2011)</b>
 <b>ESTÔNIA - PR Kersti Kaljulaid (2016)</b>	 <b>PERU - PR Pedro Pablo Kuczynski (2016)</b>
 <b>EUA - PR Donald Trump (2017)</b>	 <b>TIMOR-LESTE - PM Mari Alkatiri (2002)</b>
 <b>GÂMBIA - PR Adama Barrow (2017)</b>	 <b>TIMOR-LESTE - PR Taur Matan Ruak (2012)</b>
 <b>GUATEMALA - PR Jimmy Morales (2016)</b>	 <b>TRINDADE E TOBAGO - PR Anthony C. (2013)</b>
 <b>HAITI - PR Boniface Alexandre (2004)</b>	 <b>TRINDADE E TOBAGO - PR George M. R. (2003)</b>
 <b>HAITI - PR Jovenel Moïse (2017)</b>	 <b>TRINDADE E TOBAGO - PR Paula-M. W. (2018)</b>
 <b>HAITI - PR Michel Martelly (2011)</b>	 <b>TUNÍSIA - PR Kais Saïed (2019)</b>
 <b>HUNGRIA - PR László Sólyom (2005)</b>	 <b>UCRÂNIA - PR Volodymyr Zelensky (2019)</b>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do mapeamento realizado

Uma análise apurada dos dados revelou, ainda, que o número de *outsiders* que assumiram esses cargos entre 2011 e 2019 quase dobrou (40%) em comparação com o período de 2001 a 2010, sendo que o ano de 2019 foi o que registrou o maior número (6).

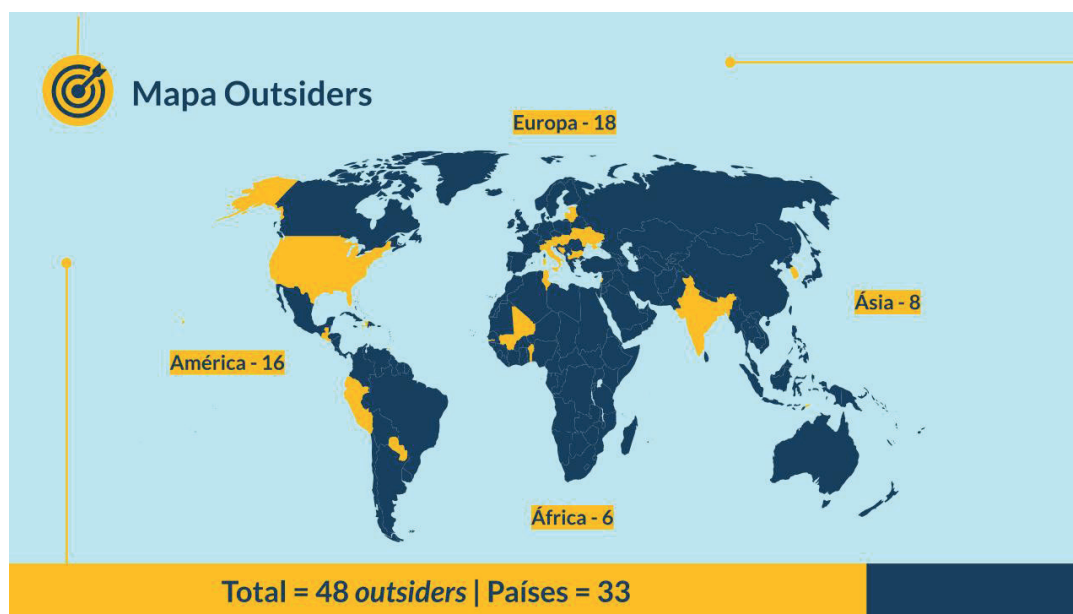
Tabela 1 – Relação entre anos e décadas

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
2	4	2	2	1	1	2	2	2	0	18
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		TOTAL
3	2	4	2	2	5	4	2	6		30

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do mapeamento realizado

Dos 114 países analisados, 33 já contaram com *outsiders* nos cargos de Presidente ou Primeiro-ministro, o que corresponde a um percentual de 28,9%. Destes, apenas dois (Áustria e Maurício) são considerados como “democracias plenas” pelo relatório *Democracy Index 2018*, o que pode ser um indicativo de que países com maior fragilidade democrática são mais propensos a serem governados por *outsiders*. No tocante aos continentes de origem dos 48 *outsiders*, 18 são europeus, 16 são americanos, 8 são asiáticos e 6 são africanos.

Imagem 2 – Mapa de presidentes e primeiros-ministros *outsiders* (2001 a 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do mapeamento realizado

Desde 2001, o continente com maior índice proporcional de países governados por *outsiders* é a América. Dos 23 países democráticos no continente, 8 já foram governados por *outsiders*, o que corresponde ao percentual de 34,7%. Na Europa, dos 40 países democráticos, 13 já foram governados por *outsiders*. Apesar de ser o maior número total, o continente tem o segundo maior percentual, com 32,5%. Em solo asiático, de 23 países, 7 já foram governados por *outsiders*, percentual equivalente a 30,4%. De 24 países democráticos na África, 5 já foram governados por *outsiders*, correspondendo ao menor percentual (20,8%) entre os continentes contemplados. Já na Oceania nenhum representante foi encontrado.

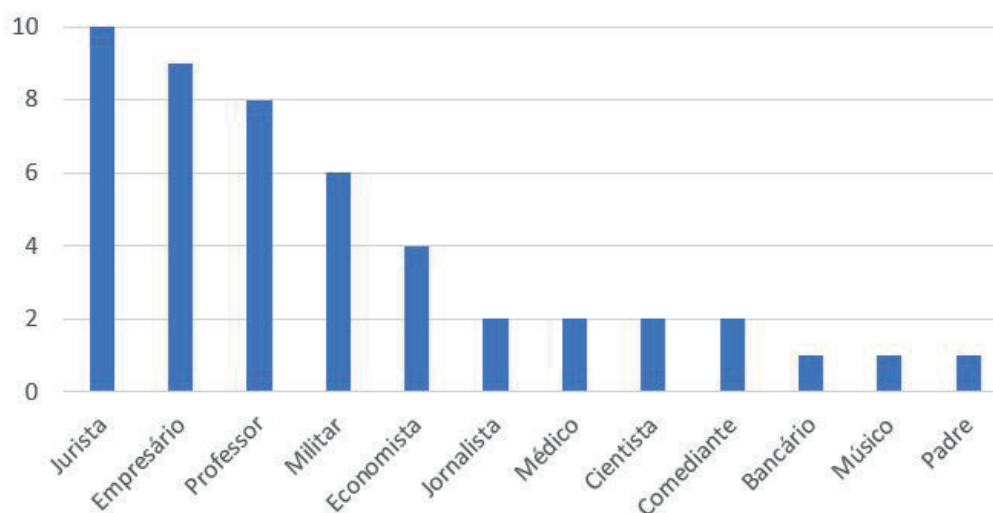
Tabela 2 – Relação entre continentes e países

	América	Europa	Ásia	África	Oceania	TOTAL
Países democráticos	23	40	23	24	4	114
Países já governados por outsiders	8	13	7	5	0	33
Percentual sobre total de países	34,7%	32,5%	30,4%	20,8%	0	28,9%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do mapeamento realizado

Como adicional, a fim de entender qual o *background* profissional dos *outsiders* que têm ingressado na política, examinamos as profissões exercidas pelos 48 governantes identificados antes de assumirem os governos de seus países. As análises indicaram que a maior parte (10) são juristas (incluindo juízes, promotores, advogados e ministros), o que pode indicar uma tentativa de garantir maior lisura nos processos governamentais, em meio a eventuais denúncias e escândalos de corrupção, e empresários (9), que pode representar uma busca por soluções para crises econômicas. Em terceiro lugar estão os professores (8), seguidos por militares (6), economistas (4), jornalistas (2), médicos (2), cientistas (2), comediantes (2), bancário (1), músico (1) e padre (1).

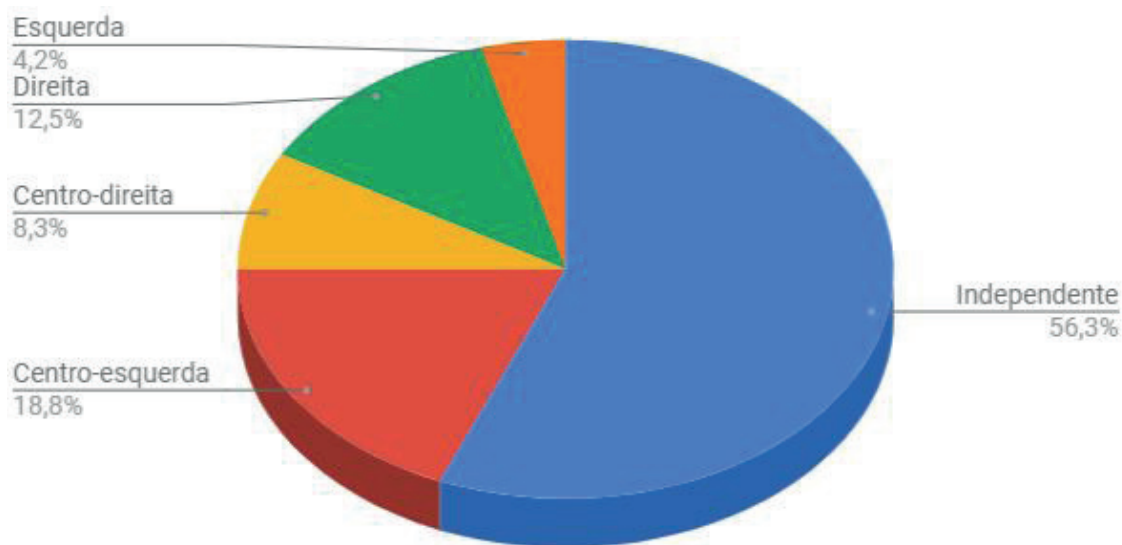
Gráfico 1 – Profissões dos *outsiders*



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do mapeamento realizado

Por fim, investigamos, ainda, o espectro político dos 48 *outsiders*. Nessa etapa, constatamos que 27 deles (56,3%) assumiram seus cargos como *políticos independentes*, o que pode indicar uma crescente identificação dos eleitores com candidatos não vinculados a quadros políticos e um eventual desgaste dos partidos políticos. Entre os 21 *outsiders* restantes (43,7%), quando assumiram seus cargos, 9 pertenciam a partidos políticos de centro-esquerda, 4 a partidos de centro-direita, 6 a partidos de direita e 2 a partidos de esquerda.

Gráfico 2 – Espectro político dos outsiders



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do mapeamento realizado

As evidências encontradas em nosso mapeamento demonstram que o fenômeno da ascensão de *outsiders* não deve ser tratado como algo meramente passageiro ou superficial, principalmente após a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, em 2016. Entre a sua posse e 2019, onze *outsiders* já assumiram cargos de Presidente ou Primeiro-ministro ao redor do mundo. Em 2017, o militar Rumen Radev assumiu a presidência da Bulgária e os empresários Adama Barrow e Jovenel Moïse se tornaram presidentes de Gâmbia e Haiti, respectivamente. No ano seguinte, os juristas Giuseppe Conte e Paula-Mae Weekes assumiram os cargos de primeiro-ministro da Itália e presidente de Trindade e Tobago, respectivamente. Em 2019, o médico Lotay Tshering (2018) se tornou primeiro-ministro de Butão, o economista Gitanas Nausėda foi empossado como presidente da Lituânia, o comediante Volodymyr Zelensky foi eleito presidente da Ucrânia, o professor Kais Saied assumiu a presidência da Tunísia, e as juristas Zuzana Čaputová e Brigitte Bierlein assumiram os cargos de presidente da Eslováquia e primeira-Ministra da Áustria, respectivamente.

No Brasil, a eleição presidencial de 2018 contou com o empresário João Amoêdo e, ainda, outros nomes foram cogitados como possíveis candidatos, como o apresentador de televisão Luciano Huck, o empresário e também apresentador de televisão Roberto Justus, o médico “Dr. Rey” e o ex-ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STF), Joaquim Barbosa. Apesar do “movimento” de *outsiders* não ter emplacado um representante na presidência do Brasil, muitos *outsiders* foram eleitos para outros cargos políticos, sendo que alguns receberam votações expressivas. Entre eles, destacamos o empresário Romeu Zema, que foi eleito governador de Minas Gerais, com 71,8% dos votos; o juiz Wilson Witzel, que foi eleito governador do Rio de Janeiro, com 59,8% dos votos; o empresário e filho do apresentador de televisão Ratinho, Carlos Roberto Massa Júnior, que foi eleito governador do Paraná, com 59,9% dos votos; o militar Coronel Rocha, que foi eleito governador de Rondônia, com 66,3% dos votos; o também militar Carlos Moisés, que foi eleito governador de Santa Catarina, com 71% dos votos.

O ingresso de *outsiders* na política apresenta um paradoxo. Ao mesmo tempo, a falta de experiência política dessas pessoas é o seu maior trunfo e a sua maior fraqueza. Em situação de campanha eleitoral, é um diferencial competitivo do candidato perante os eleitores, que parecem estar cansados dos políticos profissionais e procuram alguém limpo, diferente. No mandato, pode ser uma desvantagem. Isso porque, conforme lembra Bourdieu (2012), sobreviver no jogo político requer mais do que boa vontade, mas exige um conhecimento das regras do jogo, uma série de competências técnicas e jurídicas e, sobretudo,

“nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo” (Id., 1989, p. 172). Em seus discursos, muitos candidatos *outsiders* revelam um desprezo pela classe política e prometem ser diferentes, mas será que é possível mudar um *habitus* com raízes tão estabelecidas, em direção a uma “nova política”? E ainda: será que alguém pode entrar na política sem se tornar um político?

São perguntas difíceis de responder, mas pertinentes ao momento atual. Bourdieu (2012) acreditava que assim como uma pessoa que adere a uma religião, existe uma espécie de conversão na política, ainda que não apareça como tal e mesmo que não se tenha consciência disso, pois não aderir ao jogo pode significar o fracasso ou a exclusão. Arriscaremos, aqui, oferecer respostas alternativas. Em relação à primeira questão, embora muitas vezes o cenário pareça desanimador, acreditamos que, no futuro, em sociedades mais tecnológicas, politizadas e transparentes, a política poderá permanecer como um jogo, mas com novas regras. Até certo ponto, uma nova política deve se tornar realidade, seja com uma relação renovada entre representantes e representados, ou mesmo através de novas formas de governo. Já a segunda pergunta oferece, no mínimo, duas respostas possíveis. Por um lado, no momento em que assume um cargo político, ainda que afirme “não ser um político”, a rigor, o indivíduo passa a atuar como o que chamamos de político, isto é, alguém dedicado exclusivamente à missão de representar os interesses do povo, visando o bem coletivo. Por outro lado, cremos que é possível entrar na política sem se tornar um político, no sentido de um político *profissional*, aquele que faz da política uma carreira de vida. Nesse sentido, eventuais legislações que proíbam ou limitem reeleições poderiam reforçar esse quadro.

Por um lado, o sucesso eleitoral de *outsiders* representa que a política não é só o lugar dos políticos de carreira, mas de qualquer pessoa que queira servir como representante do povo. Por outro, ainda que possam ser motivo de esperança para uma renovação da política, a falta de experiência política não é exatamente algo a ser celebrado, principalmente no caso de *outsiders* eleitos para cargos executivos, pois não se sabe ao certo o que esperar dos seus governos. No caso de empresários, como Donald Trump, o risco é ainda maior, já que podem utilizar os seus poderes em benefício de interesses corporativos, incluindo os seus próprios negócios. Diante disso, é mister ponderar as consequências de se entregar cargos políticos de extrema relevância para pessoas sem qualquer experiência prévia na política.

## Considerações finais

O fenômeno da ascensão de *outsiders* na política parece refletir a tese de que a disputa política dos tempos atuais foi deslocada da objetividade da razão para a subjetividade da emoção e da imagem, conforme argumentam autores como Charaudeau (2015), Sodré (2006) e Castells (2018). Apesar do projeto iluminista de libertação do homem, ancorado na hegemonia da razão, a impressão é que, na atualidade, o *logos*, que enaltece o raciocínio lógico e a estrutura do real, foi suprimido pela força das aparências. Nesse cenário, pessoas de fora da política passam a impressão de serem mais confiáveis, justamente por parecerem ser autênticos, em contraste com a artificialidade tradicional do *habitus* consolidado do político e sua “língua de madeira”.

Com a imagem desgastada do político (ao menos em termos de estereótipo, pois nem todos políticos de carreira que concorrem em eleições apresentam um passado manchado), os candidatos que assumem a identidade de “não-político” costumam recorrer ao estigma dos políticos profissionais para se apresentarem como mais confiáveis para exercerem cargos políticos. Essa identidade é construída não tanto a partir do que o candidato é, mas do que ele *não é*. Afinal, por definição, *outsider* é aquele que *não faz parte de um determinado grupo social*. Nesse quadro, os “não-políticos” se apresentam como diferentes, mas, apesar da insinuação recorrente de que o político de carreira deve ser desprezado, cabe a ponderação de que os políticos exercem um papel fundamental em uma sociedade democrática.

Ao longo do percurso, conseguimos elucidar algumas questões, mas, por se tratar de um tema



complexo, que envolve transformações da política na contemporaneidade, existem ainda outras em aberto. Através do mapeamento de chefes de governo de 114 países, verificamos um aumento de 40% de *outsiders* assumindo cargos de Presidente e Primeiro-ministro na última década. Se o escopo da análise for estendido para cargos de menor expressão, como de governador, senador, deputado e prefeito, os resultados podem ser ainda mais significativos. Em função disso, daqui para frente, o ingresso de *outsiders* na política deve ser tratado como uma tendência internacional ou como uma exceção relacionada a um momento histórico? E no que diz respeito às estratégias de comunicação implementadas, que traços marcantes podem ser identificados em suas campanhas? E ainda: seria possível construir uma tipologia referente aos seus discursos? Questões como essas evidenciam que se trata de um fenômeno emergente que merece maior aprofundamento teórico e empírico.

## Referências

- ANDRADE, Victor. **A inexperiência política como alternativa**: o que leva à eleição de presidentes *outsiders* na América Latina? Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, 2019.
- BARR, Robert. Populists, outsiders and anti-establishment politics. **Party Politics**, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, s. v., n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARRERAS, Miguel. The Rise of Outsiders in Latin America, 1980–2010: An Institutional Perspective. **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 12, p. 1451-1482, 2012.
- CASTELLS, Manuel. “La gente quiere la democracia, pero no cree en quienes gobiernan”. Entrevista concedida a Astrid Pikielny. **La Nación**, Buenos Aires, 16 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2tDEFFF>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORRALES, Javier. Latin America’s Neocaudillismo: Ex-Presidents and Newcomers Running for President... and Winning. **Latin American Politics and Society**, v. 50, n. 3, p. 1-35, 2008.
- DONATELLO, Luis; LEVITA, Gabriel. ¿Renovación de las elites o renovación de las élites políticas? Los diputados outsiders en los países del Mercosur (2003-2015). **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, v. 16, n. 2, p. 45-64, 2017.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EDELMAN. **Edelman Trust Barometer 2020**. Edelman Intelligence. Global report. Disponível em: <https://bit.ly/2IHAQTr>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- LINZ, Juan. Presidential or Parliamentary Democracy: Does it Make a Difference? *In*: LINZ, Juan;

VALENZUELA, Arturo (Eds.). **The Failure of Presidential Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Hunter Books, 2011.

PICUSSA, Roberta. Como a ciência política estuda os outsiders políticos? Uma revisão de escopo. In: SAMPAIO, Rafael; CODATO, Adriano; CLEMENTE, Augusto; HOROCHOVSKI, Rodrigo; SANGALLI, Amanda; SILVA, Rodrigo; SAINZ, Nilton; GABRIEL, Gabryela (Orgs.). **Ciência política: o campo em discussão**. Curitiba: Massimo Editorial, 2021.

SANTOS, Mateus da Cunha. **A construção do ethos de “não-político” no discurso eleitoral de João Doria**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. São Paulo: Difel, 1978.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

THE ECONOMIST. **Democracy Index 2018: Me too?** The Economist Intelligence Unit. London, 2019. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/democracy-index-2018>. Acesso em: 16 jul. 2019.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.

---

*Mateus da Cunha Santos é mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; coleta e interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito original e da respectiva versão em língua estrangeira).*

---

*Maria Ivete Trevisan Fossá é professora associada, nível IV, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão do texto; redação do manuscrito.*